

Ocupações irregulares são arriscadas

YURI ABREU
REPÓRTER

O desabamento de um prédio de 24 andares na madrugada da última terça-feira, em São Paulo, após um incêndio de grandes proporções atingir o local, chama a atenção para as ocupações irregulares de prédios abandonados pelo poder público ou particulares – no Wilton Paes de Almeida, de propriedade da União, viviam mais de 140 famílias.

Em Salvador, principalmente nos centros histórico e antigo, não é difícil encontrar edificações abandonadas ocupadas irregularmente por diversas famílias. De acordo com dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur), existem hoje, na capital baiana, 400 casarões e prédios abandonados nas duas localidades citadas.

A reportagem da Tribuna da Bahia percorreu algumas regiões da cidade e verificou ocupações irregulares em construções abandonadas de bairros como o Comércio e o Costa Azul. As condições são as mais precárias possíveis. Ferrugem exposta, janelas sem qualquer proteção, cobertos apenas com cortinas e varais improvisados cheios de roupas das famílias que, por não terem para onde ir, tem como aquele espaço o refúgio.

Só o Movimento Sem Teto de Salvador (MSTS) ocupa quatro prédios na capital: o Galpão Leste, na Calçada; uma edificação na ladeira da Água Brusca, pró-



Foto: Romildo de Jesus

CONSTRUÇÕES

No Comércio, muitas famílias ocupam um prédio sem o mínimo de estrutura

ximo a Via Expressa; e os edifícios Avelino Nunes e Rajada, ambos no Comércio. De acordo com o coordenador estadual do movimento, Idelmário Proença, cerca de 200 famílias, ao todo, vivem nesses espaços e em condições precárias.

“As condições de moradia são as piores possíveis e as famílias tomam todo o cuidado para que tragédias como a de São Paulo não aconteçam por aqui. São barracos improvisados, assim como as divisórias. Além

disso, os ambientes são insalubres e as pessoas buscam alternativas para o fornecimento de energia, por exemplo”, comentou.

De acordo com o engenheiro civil e presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (CREA-BA), Luis Edmundo Prado, a situação das ocupações irregulares é grave e assemelha o fato a invasão de espaços em regiões de encosta. Entre os problemas apontados por eles estão risco de acidentes por

conta de instalações elétricas e as divisórias colocadas, geralmente de material que facilita a combustão.

“Há um déficit habitacional e as pessoas procuram alternativas para isso. Quando elas encontram prédios vazios dentro da cidade, eles começam a ocupar. Mas, são prédios que não tem manutenção, estão parados e não uma estrutura básica. Precisariam se adequar para atender melhor essa população. Poderia se pensar em pegar

esses prédios, principalmente no centro da cidade, e recuperar para dar uma maior dignidade para que as pessoas possam morar”, sugeriu o especialista.

LEVANTAMENTO

A questão é que ainda, no geral, não se sabe quantos deles estão tomados e qual a quantidade de pessoas que residem em cada um desses espaços passando pelo risco. Um panorama dessa realidade, ainda de acordo com a Sedur, começou a ser feito nesta quinta-feira, em uma parceria entre as Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz), de Promoção Social e Combate à Pobreza (Semps) e a Coordenadoria de Defesa Civil de Salvador (Codesal), além da própria de Desenvolvimento e Urbanismo.

“O órgão já notificou os proprietários desses imóveis para que façam a manutenção dessas unidades, já que de acordo com o Código de Polícia Administrativa de Salvador, Lei nº 5503/99, é de dever do proprietário do terreno e do imóvel zelar pela unidade imobiliária”, explicou a assessoria de comunicação da Sedur, em nota.

Por parte do CREA-BA, uma campanha deve ser iniciada a partir deste mês para cobrar a manutenção, aos donos das construções, de prédios públicos e privados, residenciais ou não, através de parcerias com as prefeituras. “Mas não temos poder de embargo. Isso fica por conta da prefeitura”, pontuou o presidente do Conselho.

Déficit de moradias é superior a sete milhões no Brasil

A tragédia paulistana e as ocupações irregulares apontam para outro problema sério e corriqueiro em nosso país: o déficit habitacional, tão debatido e que voltou novamente a tona agora por conta do ocorrido no dia 1º de maio. De acordo com um estudo de 2015 da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Brasil tem uma carência de 7,7 milhões de moradias. O dado tem como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Conforme reportagem do publicada nesta quinta-feira no site do jornal Valor Econômico, o déficit aumentou 5,9%, ou 430 mil moradias, desde 2009. Esse crescimento é puxado pelo ônus com o aluguel, que subiu 68%. O maior déficit absoluto pertence a São Paulo, com 1,61 milhão de moradias. Já no corte por regiões, o Sul lidera o aumento do déficit habitacional entre 2009 e

2015: 18%. Em seguida vem Sudeste, com 12%, e Centro-Oeste, com 8,1%. Norte (-2%) e Nordeste (-2,6%) registraram queda.

“Diante do desinteresse do atual governo federal pela questão habitacional, os governos estadual e municipal também seguiram a mesma linha. Com exceção ao programa Minha Casa, Minha Vida, a habitação nunca foi prioridade no país. Os governantes não devem fechar os olhos para essa população mais necessitada. Do contrário, novas ocupações vão ocorrer. As pessoas não fazem isso porque querem. E, quando os acidentes acontecem, a culpa é dos governantes, pois existe a possibilidade de se resolver o problema”, afirmou Idelmário Proença. Por conta dessa questão, ele não descartou a possibilidade que novas ocupações de prédios abandonados possam ocorrer novamente em Salvador.

EDSON CELULARI SOLEDAD VILLAMIL

T E U

M U N D O

N Ã O

C A B E M O S

M E U S O L H O S

DIRIGIDO POR PAULO NASCIMENTO

SAÚDE

Leitos da Maternidade João Batista Caribé serão duplicados

O governador Rui Costa assinará neste sábado (5), às 9h, a ordem de serviço para a duplicação da Maternidade João Batista Caribé, localizada no bairro de Coutos, subúrbio de Salvador. A unidade receberá investimentos da ordem de R\$ 30 milhões, distribuídos entre obras e equipamentos e o prazo para conclusão das intervenções foi estimado em 12 meses.

A unidade saltará dos atuais 40 leitos para 80, distribuídos da seguinte forma: 60 leitos de internação clínica e cirúrgica, dez leitos de Cuidado Intermediário Neonatal (UCINCo), cinco leitos de Cuidado Intermediário Neonatal Canguru (UCINCa) e outros cinco leitos no Centro de Parto Normal (CPN) Peri-Hospitalar.

Durante o período que a maternidade estiver em obras, os

atendimentos serão transferidos para a Unidade de Emergência de Plataforma, que foi adequada para esse tipo de atendimento. Além disso, as equipes de obstetrícia e ginecologia foram reforçadas na Maternidade Albert Sabin, em Cajazeiras, além do Hospital Menandro de Faria, no município de Lauro de Freitas.

Entre as novidades na duplicação da maternidade João Batista Caribé, destaca-se a construção de um Centro de Parto Normal, um terraço para a convivência de pacientes e funcionários com vista para o mar, um pátio de serviços, bem como uma área para gases medicinais e abrigo de resíduos, localizados de forma estratégica a fim de permitir futuras ampliações da edificação, assim como os estacionamentos e acessos.